



A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira

Cilícia Dias dos Santos¹

Resumo

O presente ensaio integra a discussão atual acerca da formação territorial no Brasil e, conseqüentemente as discussões a respeito da formação, produção e reconfiguração do espaço urbano, evidenciando-se, através de discussões preliminares a conjuntura da rede urbana e o importante papel das cidades médias brasileiras. Destaca-se o processo de urbanização, utilizando-se das taxas de urbanização demonstradas nos resultados dos censos do IBGE a partir do ano de 1940.

Palavras Chaves: espaço urbano, rede urbana, cidades médias, urbanização.

Recebimento: 10/4/2008 • Aceite: 21/10/2008

1 Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. End: Rua 13, quadra 24, casa 23. Cohatrac 4. São Luís, MA, Brasil. CEP 65.054-450. E-mail: ciliciadias@yahoo.com.br.

A training and production of urban space: preliminary discussions about the importance of cities medium for the growth of the urban network brazilian

Abstract

This essay incorporates current discussion about the territorial training in Brazil and hence the discussions about the formation, production, and reconfiguration of urban space, showing up through the preliminary discussions juncture of the urban network and the important role of cities brazilian medium. It is the process of urbanization, using the rates of urbanization demonstrated in the results of the census of the IBGE from the year of 1940.

Keywords: urban, urban network, medium cities, urbanization.

1 - Introdução

O espaço urbano e sua formação são objetos de estudo da geografia, que aborda a constante reconfiguração do espaço total, social, e seus diversos recortes.

A intenção deste ensaio é discorrer sobre a formação do espaço urbano, e o crescente e vertiginoso fenômeno da urbanização, tendo por foco de interesse as cidades médias, e a nova configuração do cenário urbano no Brasil.

A urbanização brasileira é um fenômeno recente. A partir dos anos 1940 começa-se a observar o crescimento das taxas de urbanização no país. No período a população ainda era tida em sua maioria como rural. Na década de 1970, conforme censo realizado pelo IBGE, a população brasileira tornou-se mais urbana e, desde então não houve regressão nas taxas de urbanização, chegando a exorbitante taxa de 81% no ano 2000, como demonstram os resultados obtidos pelo IBGE através do censo do mesmo ano. Atualmente, já se fala em uma taxa de urbanização de 83 a 84%, tendo em vista as estimativas de crescimento populacional no Brasil. Sob uma nova ótica é tratada a urbanização brasileira e a concentração urbana por Soares (2006)

Na contemporaneidade da urbanização brasileira, verifica-se um amplo processo de reestruturação caracterizado pela “explosão” das tradicionais formas de concentração urbana e pela emergência de novas formas espaciais, continentes de novas territorialidades dos grupos sociais. Na escala intra-urbana, o fenômeno da “dispersão urbana” está alterando a morfologia urbana tradicional, gerando novas centralidade e novas periferias. Na escala interurbana e regional, são produzidos novos processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e da informação sobre o território.

Assim, surge a “cidade média”, e sua importância na configuração do espaço se dá de forma a sustentação que a mesma desempenha na hierarquia e na rede urbana. A urbanização crescente, e decorrente desta, a metropolização das principais áreas econômicas e administrativas do país, nos trouxe o surgimento de áreas significativas no tocante à oferta de serviços e produtos, e a própria recomposição e multiplicação do capital fluante. Tais áreas, próximas a áreas metropolitanas, compõem de fato a rede hierárquica de ações e intervenções no espaço.

2. A produção do espaço urbano: algumas discussões

Discorrer sobre o conceito do espaço urbano e também sobre o conceito de cidade é um viés um tanto complexo e polêmico. Cada sociedade vê o espaço de uma forma que diretamente estará ligada as suas concepções sociais e culturais. Segundo Corrêa (2000).

O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade

É nesse espaço fragmentado e articulado que surge a cidade como pólo de atração. As suas benesses e atrativos superam o simples desejo de melhoria de vida e bem-estar social, ao mesmo tempo que a cidade é repulsiva excludente, pois a urbanização nos mostra o lado cruel do espaço ao vislumbrarmos a especulação proveniente dos grupos detentores do solo e do capital. Como afirma Corrêa (2000):

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado

A produção do espaço urbano está intimamente ligada ao jogo de interesses entre os seus agentes e partícipes, fruto das relações simbólicas e contraditórias do capitalismo em suas múltiplas facetas. O espaço urbano é artificial, é construído no meio antes natural e, em seguida manipulado numa teia de ações sociais, onde as relações entre os atores envolvidos nem sempre resultarão na aplicabilidade das soluções que visem os anseios da maioria. Como nos expõe Cavalcanti (2001):

Colocar como meta compreender a cidade e explicar a produção do espaço urbano implica entender esse espaço como relacionado à sua forma (a cidade) mas não se reduzindo a ela, à medida que ela expressa muito mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seu constrangimento, mas está ligado a todas as esferas da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental e educacional.

O espaço urbano e a utilização do solo urbano são destinados a poucos atores, gerando uma crescente massa de excluídos sociais. Para Carlos (1990), a cidade é produto das contradições de classe e envolve interesses e necessidades diversas. Assim, o espaço é produzido através das lutas que ocorrem na cidade. Corrêa (1995) tende a identificar os agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano: os proprietários fundiários e dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os dois primeiros agentes especulam e moldam o espaço mediante as necessidades da demanda populacional de média e alta renda. Ou seja, os que podem pagar para utilizarem-se do espaço urbano. O autor também dá a entender que os grupos sociais excluídos, ao produzirem favelas, invadindo terrenos públicos ou privados, tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço.

Da mesma forma, Souza (2000) complementa que o modo de produção capitalista produz novas formas e origina paisagens com características cada vez mais urbanas.

No entanto, Harvey (1980) afirma que: “Há numerosos e diversos atores no mercado de moradia, e cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca”. Harvey identifica os seguintes grupos: os usuários de moradia; os corretores de

imóveis; os proprietários; os incorporadores e construtores; as instituições financeiras; e as instituições governamentais.

Por outro lado, é válido ressaltar que o espaço urbano não está preso a uma mera representação social do espaço, pois o mesmo extrapola os limites da cidade e/ou dos núcleos urbanos em ascensão, pois é possível encontrar características urbanas no espaço rural e vice-versa. Tais fenômenos, nessa superposição de áreas, geram atrativos para a reprodução do capital e as condições de desenvolvimento financeiro, e por fim a urbanização dessas áreas.

Enfim, a produção do espaço urbano segue os ditames do capital. O capital se reproduz no espaço artificial e a partir daí gera industrialização, urbanização, metropolização, segregação e exclusão sócio-espacial. A cidade é excludente, com cenários totalmente diferentes a classes antagônicas. Sobrevive na cidade quem pode pagar pelas amenidades que o capital oferece, e assim, desfrutá-las.

3. A rede urbana

Um determinado conjunto de cidades interligadas entre si - através de sistemas de transportes, serviços, comunicação. - gera, ou poderá ocasionar, uma rede urbana. Geralmente, adota-se a regra que para milhares de pequenas cidades, existam centenas de cidades médias e poucas metrópoles.

No entanto, nos países desenvolvidos, as redes urbanas são mais densas e articuladas devido aos altos níveis de industrialização e urbanização presentes nessas áreas. De acordo com Corrêa (2006):

A rede urbana, entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social, resultado dos complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Desta complexidade emerge uma variedade de tipos de redes urbanas, variadas de acordo com combinações de características, como o tamanho dos centros, a densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, a natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma da rede.

No caso do Brasil, a rede urbana é dispersa, com pouca ligação entre os principais centros regionais produtivos, marcada principalmente pelo contraste entre as regiões do país. De um lado há redes rarefeitas, estruturas de pequeno porte e pouquíssimos centros regionais, e de outro, a presença de redes mais densas, com metrópoles

bem estruturadas, com hinterlândias espalhadas e em nítido processo de megalopolização em formação entre as metrópoles nacionais São Paulo e Rio de Janeiro.

Pode-se compreender esse contexto sob o viés da colonização, que traçou um movimento de ocupação do litoral para o interior, o que explica o fato de a maioria da população se concentrar na faixa próxima ao litoral, regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Ao mesmo tempo, pode-se observar a existência de vazios ou baixos índices populacionais nas regiões Norte e Centro-oeste. Outra razão quanto à concentração populacional brasileira se dá ao fato da região sudeste ter se industrializado mais rápido.

As cidades médias tendem a crescer no território a se consolidar no território tendo em vista a desaceleração do crescimento populacional das metrópoles e aglomerações urbanas e o crescimento das cidades acima de 100 mil habitantes, consolidando desta forma a rede urbana brasileira, definindo desta forma a importância das mesmas. Conforme indica Santos (2005):

Tomadas em conjunto, as aglomerações com mais de 100 mil habitantes, raras em 1940 – quando eram apenas dezoito em todo o país – vêem o seu número aumentado nos recenseamentos seguintes, alcançando 142 em 1980. Em 1991, 183 municípios contavam com mais de 100 mil habitantes. A partir dos anos 1970, parece ser esses (100 mil) o patamar necessário para a identificação de cidades médias em boa parte do território nacional; A expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades.

Para Santos e Silveira (2004), o crescimento populacional das cidades acima de 100 mil e 500 mil habitantes é fruto da desmetropolização e da desconcentração industrial, ocorrido a partir da década de 1980, o que veio a fortalecer o crescimento das cidades médias no Brasil.

4. As cidades médias

Os estudos a respeito das cidades médias remontam à França no período de 1970 e à preocupação de que tais cidades viessem a

drenar os recursos das metrópoles. Especulava-se a definição de cidade média utilizando-se apenas de parâmetros demográficos. No entanto, estudos recentes e mais dinâmicos apontam para a necessidade de examinar outras características na definição das cidades médias.

Tal situação é exposta por Pereira (2004)

Longe de ser um consenso entre os estudiosos da área, a noção de “cidade média” envolve uma série de interpretações e conceituações. Dois enfoques ganham destaque nos estudos relacionados às cidades médias no Brasil. O primeiro, classifica a cidade média a partir de seu tamanho populacional; o segundo, trabalha na perspectiva da construção de um conceito de “cidade média”, incorporando elementos qualitativos tendo em vista uma nova forma de abordagem sobre o tema. Neste enfoque, questões como situação geográfica favorável; relevância regional; distanciamento das áreas metropolitanas e oferta de bens, serviços e empregos constituem alguns dos critérios que contribuem para uma nova definição do que seja “cidade média”.

Pereira (2004) também alerta para o fato de “as pequenas e médias cidades apresentam os maiores índices de crescimento populacional nas últimas décadas, inclusive, superiores às grandes cidades, e detêm, segundo os dados do Censo 2000, 70% da população regional”. Esse destaque nos leva a repensar a forma de estudo do espaço urbano, que na maioria das ações tem destinado os seus olhares as metrópoles e aglomerações urbanas.

O que chama a atenção foi o fato de as cidades médias terem passado quase que despercebidas no tocante às pesquisas urbanas de caráter nacional e regional, o que poderia ter ocorrido como estratégia de planejamento e ordenamento territorial como definição das macropolíticas para o desenvolvimento regional, salvo o II PND, com uma linha destinada as cidades de porte médio. Ainda conforme Pereira (2004, p. 23)

Os debates acerca da organização de um sistema nacional urbano ganham força a partir de 1975 com a divulgação do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil (II PND). O II PND traz um capítulo dedicado à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que traçava estratégias para os

centros urbanos de porte médio, por macrorregiões brasileiras, no sentido de descentralizar e interiorizar o desenvolvimento através da desconcentração industrial e do fomento ao surgimento de novos centros para receber essa desconcentração, redirecionar os fluxos migratórios e fomentar novas polarizações de atividades econômicas

Na bibliografia disposta na geografia urbana, no urbanismo, e/ou no planejamento urbano, também se encontram os termos cidades intermediárias, cidades de porte médio, ou até mesmo centros regionais.

O crescimento populacional e o acelerado processo de urbanização implicaram o aumento da rede urbana, em geral, e das grandes e médias cidades brasileiras. Outrossim, deve ser considerado que o território brasileiro é marcado pela forte desigualdade regional na distribuição da população, das atividades econômicas e da rede de cidades e, acrescentando a esse quadro os desníveis sociais no Brasil. Ao discorrer sobre a urbanização brasileira Villaça (2003) afirma que:

A cidade brasileira é hoje o país. O Brasil está estampado nas suas cidades. Sendo o país, elas são a síntese das potencialidades, dos avanços e também dos problemas do país. Vamos falar dos problemas. Nossas cidades são hoje o *locus* da injustiça social e da exclusão brasileiras. Nelas estão a marginalidade, a violência, a baixa escolaridade, o precário atendimento à saúde, as más condições de habitação e transporte e o meio ambiente degradado. Essa é a nova face da urbanização brasileira

O processo de urbanização brasileiro é caracterizado por vários fenômenos, entre eles a metropolização de áreas economicamente desenvolvidas pelo capital industrial e a migração exacerbada da população entre as regiões sub-desenvolvidas e em desenvolvimento de nosso país.

Nesse contexto, as cidades médias do Brasil, hoje podem ser vistas como centros regionais ou sub-metropolitanos, integrando a rede urbana dessas metrópoles (nacionais e regionais), configurando desta forma um verdadeiro suporte logístico a áreas já proeminentemente estabelecidas no cenário nacional como pólos da rede urbana brasileira. Mediante o explicitado por Santos e Silveira (2004):

Os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como

as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. É dessa forma que as cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em virtude da resistência desigual dos seus produtos e de suas empresas face ao movimento de globalização.

Ainda segundo os autores:

As cidades médias comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para aglomerações maiores, no país ou no estrangeiro, em virtude do papel dessas metrópoles na condução direta ou indireta do chamado mercado global. Mas isso se constitui uma fonte permanente de indagações, já que a cidade regional, relé político subordinado, é também um espelho de contradições entre as preocupações ligadas à produção propriamente dita (seu lado técnico) e as ligadas à realização (seu lado político).

As cidades médias constituem-se como verdadeiros centros regionais dotados de infra-estrutura e, particularmente vêm ao longo dos anos absorvendo o excedente populacional que em décadas anteriores era destinada principalmente às metrópoles nacionais, visto o processo de desconcentração industrial ter massivamente contribuído para tal conjunto de ações.

Para Arroyo (2007) “as cidades médias fazem parte da dinâmica territorial de uma vida de relações que as integra, com maior ou menor intensividade, ao movimento do mundo e da formação sócio-espacial.”

Partindo da premissa que o conceito de cidade média não está vinculado apenas a critérios populacionais quantitativos, ressalta-se o tamanho populacional; a diversificação da economia; o grau de urbanização; a importância de sua configuração; as suas funções e o papel que evidenciam na rede urbana (nas diferentes escalas: regional, nacional e internacional).

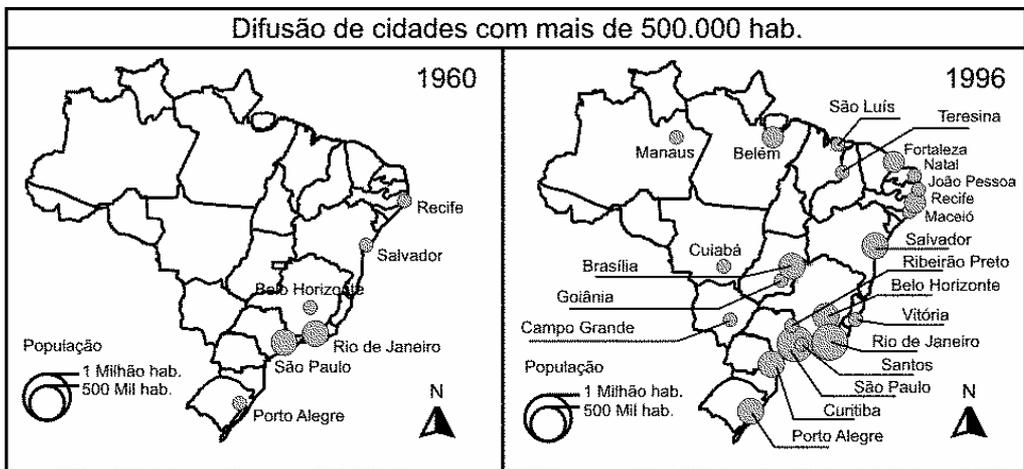
No entanto, Damiani (2006) chama a atenção para o fato de:

Os processos de capitalização intensificados de modo desconcentrado, as formas de política insistindo nesta desconcentração corroboram para a constituição de espaços de catástrofe das metrópoles, das cidades médias e das pequenas, com os desmembramentos

municipais, a constituição de pequenas cidades e o aumento do tamanho das cidades. Altera-se a medida dos fenômenos urbanos, com a mobilização qualitativa da variável indiferente que é a quantidade de população.

É primaz a análise do quadro abaixo. O mesmo representa um demonstrativo da evolução dos municípios acima de 500 mil habitantes, e a questão territorial, bem como a localização dessas cidades. Somam-se a essas características o papel que as cidades médias desempenham na reconfiguração da rede urbana no período estabelecido entre as décadas de 1960 a 1990.

Figura 1: Difusão de cidades com mais de 500.000 habitantes (1960 e 1996).



(Adaptado de: SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: Território e Sociedade*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.54.)

Tal quadro acusa proeminentemente a ocupação do território através das vias de colonização a partir do litoral, onde a maioria das cidades acima de 500 mil habitantes estão concentradas. Outro ponto significativo é que tais cidades podem ser integrantes de áreas metropolitanas ou aglomerações urbanas, e/ou centros sub-metropolitanos.

Igualmente significativo, foi o surgimento dos núcleos urbanos acima de 500 mil habitantes nas regiões Norte e Centro-Oeste, como é o caso de: Belém - PA, Manaus - AM, Goiânia - GO, e Cuiabá - MT.

5. Considerações finais

O espaço urbano é uma abstração da totalidade espacial e por isso é tipificado como um recorte dessa totalidade, ou então, podemos tê-lo explicitado como a sucessão de tempos desiguais defendido por Milton Santos (2004).

Analisar o espaço urbano como algo desarticulado e sem comunicação é necessariamente precisar rever conceitos e idéias pertinentes a temática urbana. A cidade não é mais um local isolado.

A idéia de grandes centros urbanos, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas exprime que a cidade cresceu de maneira vertiginosa. Com o passar do tempo, a cidade, que já está inserida em uma rede urbana proeminente, visualiza a desaceleração de seu crescimento dando a lugar a novos núcleos em expansão urbana territorial, crescimento populacional, serviços e circulação de mercadorias quantitativamente e qualitativamente satisfatórios ao capital e as condições que venham garantir a reprodução do mesmo de forma rápida e cada vez mais lucrativa.

A reconfiguração do espaço urbano se dá através das novas funções e características que uma cidade pode vir a assumir ou abandonar. Cidades crescem, enquanto outras diminuem lentamente. Nossas metrópoles não são mais as mesmas. O mesmo acontece com cidades outrora tímidas no ramo produtivo e competitivo capitalista.

A desmetropolização e o crescimento das cidades médias são fenômenos a serem estudados com mais afinco e dedicação, a fim de que sejam estabelecidas regras ou idéias a respeito do crescimento urbano (ou regressão) desses núcleos urbanos produtivos.

É possível precisar ou estimar novas configurações e reconfigurações do espaço urbano? Ou o patamar das redes urbanas atuais serão mantidas nas próximas décadas?

É sabido que o espaço urbano está em constante mutação. As relações sociais estabelecidas neste espaço, são, acima de tudo, a mola propulsora das atividades estabelecidas com o intuito de gerar o desenvolvimento econômico do país e o estabelecimento de novas redes urbanas, novas metrópoles, novos centros regionais, novas cidades pólos e, por fim, novas cidades médias e pequenas.

Ressaltando-se que cada uma dessas cidades tem o seu papel e grau de importância na esfera econômica e produtiva, destacando-se a importância das cidades médias na inserção de novas dinâmicas produtivas, abertura e fortalecimento da economia e da sociedade.

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2000. CD-ROM

ARROYO, M. M. Dinâmica Territorial , circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. SOBARZO, Oscar. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento).

BEAUJEU-GARNIER, J.. **Geografia urbana.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

CAVALCANTI, L. de S. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, L.de S. (ORG.). **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia.** Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. de. ARROYO, M. SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo.** CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, São Paulo: Dezembro/2006.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 1993.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Editora Hucitec. 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográficos dos anos de 1940 a 2000.** Rio de Janeiro: IBGE.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

PEREIRA, J. C. M. **Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA).** Belém: NAEA/UFPA, 2004 (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Coleção Milton Santos; 6).

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. et al. **Territórios, territórios: estudos sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Programa de Pós-Graduação em Geografia/ Universidade Federal Fluminense - PPGG/ UFF (Coleção espaço, território e paisagem).

SOARES, P. R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil. In: SPOSITO, E. S. SPOSITO, M. E. B.. SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento).

VILLAÇA, F. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.) **Urbanização Brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003.